

DOSSIÊ AMÉRICA LATINA: LUTAS SOCIAIS E REVOLUÇÕES

Lutas sociais e pandemia: há esquerda por fora da ordem?¹

Ana Elisa Corrêa²

Luciana Henrique da Silva³

Introdução

A conjuntura sociopolítica latinoamericana tem sido diretamente impactada pela conformação contemporânea da realidade brasileira, marcada por um governo de extrema direita e uma pandemia mundial sem precedentes. Vemos assim um quadro conjuntural ainda menos favorável que o da década anterior às lutas sociais e à crítica antissistêmica em toda a região.⁴ Essa confluência perversa agrava os efeitos da crise econômica, ambiental e social que assola estruturalmente o país e o mundo há pelo menos cinco décadas⁵. Apesar dessa constatação, é fundamental ainda questionarmos: estaríamos nos deixando morrer? Há alguma forma possível de resistência? Onde estão os movimentos sociais e sujeitos em luta? Há algo de novo sendo gestado que possa se apresentar como uma prática crítica radical?

Com o intuito de desenvolver essas problematizações, dividimos o texto em duas partes. Na primeira apresentamos uma reflexão sobre a trajetória histórica dos movimentos sociais do campo e da cidade, buscando identificar elementos que nos ajudem a compreender o processo de integração à ordem pelo qual tem passado⁶.

No que tange às lutas sociais, durante a segunda metade dos anos 1990 e em especial nos anos 2000, os movimentos populares se enfraqueceram demasiadamente, sofrendo processos que foram constatados por diversos analistas como combinações variadas entre cooptação de lideranças, imobilismo das bases e criminalização dos movimentos que mantiveram algum nível de combatividade e autonomia em relação a esses “novos” governos. A chegada dessa “esquerda progressista” ao poder influenciou na dinâmica da relação entre Estado e movimentos populares. Entretanto, é curioso notarmos que esse não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, o que traz algumas questões em relação aos limites estruturais impostos por uma sociabilidade em acelerado processo de decadência. A crise econômica, política, social e ambiental que nos acomete, arrasta junto consigo também as experiências de potencial crítica a essa

¹ Este artigo é uma versão desenvolvida da comunicação de mesma autoria aprovada para apresentação no GT3- Lutas sociais urbanas e rurais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, Neofascismo e Socialismo do Século XXI, realizado entre 13 e 17 de setembro de 2021.

² Professora do setor de Ciências Sociais do Colégio Técnico da UFMG. E-mail: acorreia@gmail.com

³ Professora do curso de Ciências Sociais da UEMS, unidade de Paranaíba. E-mail: lucianahs@uems.br

⁴ CORRÊA, A. E. & VIEIRA, B. Coronavirus and the extreme right: what is left of Brazil? Our History, Our Future. *Newsletter. Committee on U.S. - Latin American Relations Ithaca*, New York, USA. vol. 52, issue 2, SUMMER/FALL 2021.

⁵ MENEGAT, M. *Tempos de catástrofe*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

⁶ CORRÊA, A. E. Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária. Tese de doutorado em Serviço Social. UFRJ, 2018.

(des)ordem massacrante às populações sem lugar, sujeitos assujeitados cronicamente não integráveis a uma forma social que desmorona.⁷ Chegamos, portanto, à seguinte questão: como as transformações das últimas décadas impactaram as lutas sociais na América Latina? Há mudanças significativas nas experiências de resistências múltiplas entre movimentos sociais pós-redemocratização e as revoltas populares que emergem pós-2010?

Nesse sentido, na segunda parte, trataremos de um contraponto a partir das revoltas populares “espontâneas”, isto é, sem a organização vertical a partir de um movimento social organizado, que despontaram nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil mas que também aparecem na Revolta Chilena iniciada em outubro de 2019 e que se estendeu até o início da pandemia em março de 2020, nas simultâneas revoltas na Bolívia e no Equador e, por fim, nas recentes manifestações colombianas (abril/2021). No Brasil, este tipo de manifestação autônoma às formas convencionais - dos movimentos sociais e partidário-sindicais às estruturas estatais - seguiram presentes no cotidiano brasileiro, desde as ocupações das escolas por estudantes secundaristas (2015/2016) até as recentes greves dos entregadores e motoristas de aplicativos⁸.

Buscando evitar análises normativas, tratamos das complexidades sistêmicas que impõem, por um lado, a necessidade de resistência ao massacre social em curso e, por outro, a tendência de integração à ordem social, seja pela aparentemente inevitável “ossificação dos movimentos sociais” seja através de revoltas “sem controle” passíveis de serem incorporadas pelos setores da extrema direita⁹. Assim, resguardando-nos de entusiasmos idealistas ou pessimismos catastrofistas, problematizamos esses elementos com o intuito de contribuir para o pensamento crítico e suas potencialidades.

“Velhos” Movimentos Sociais: de frente para o Estado e de costas para as ruas?

Nas décadas de 1980 e 1990 observamos o avanço da política econômica neoliberal em todo o mundo e em especial na América Latina. Aparentemente em busca de saída da inexorável crise estrutural que vivenciamos desde os anos 1970, os governos latinoamericanos aderiram a verdadeiras “fugas para frente”. Em maior ou menor grau, cada país passou a implementar as medidas de ajuste neoliberais “aconselhadas” pelo *Consenso de Washington* e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O período subsequente é marcado por uma onda de manifestações de resistência social ao neoliberalismo, somada a uma nova rodada de crises do modelo econômico, crise esta que se expressa de forma dramática na turbulência argentina em fins de 2001. Na sequência, a emergência de governos “progressistas” eleitos democraticamente em grande parte dos países latinoamericanos foi expressa por muitos intelectuais e

⁷ KURZ, R. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.

⁸ CORRÊA, A. E.; SILVA, L. H. Movimentos sociais e a crise brasileira: gestão da barbárie, ascensão da extrema direita e novas formas de luta. IN: PRADO, J, FRANÇA, C. E. *Cenários e perspectivas das políticas públicas contemporâneas: movimentos sociais, culturas e diferenças*. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2021.

⁹ ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

militantes como uma guinada à esquerda, uma *onda vermelha*, pois: “*pela primeira vez na história, forças políticas consideradas progressistas, formadas no seio das esquerdas e apoiadas por movimentos sociais importantes participam simultaneamente de coalizões de governo em um conjunto significativo de países*”¹⁰. O aparente fracasso das medidas neoliberais criaria condições para sublevações populares e o rechaço através das urnas a candidatos defensores dessa política. Independentemente do nível de otimismo em relação a esses governos progressistas, havia um certo consenso de que se apresentavam como uma resposta ao neoliberalismo e uma expressão social de “vontade de mudança”. Porém, o que observamos nos anos subsequentes é uma onda de frustrações em relação às políticas implementadas por esses governos, muito aquém das expectativas das principais organizações e movimentos sociais.

A promessa da “onda vermelha” que tomaria a América Latina após a virada dos anos 2000 com as eleições de Chávez, Kirchner, Lula, Morales, Corrêa, Lugo e por fim, Mujica, impactou, na realidade política e social como um tsunami, o qual acabou por arrasar a já abalada potência das lutas sociais na região. Movimentos, organizações e comunidades enraizadas nas realidades populares e indígenas, do campo e da cidade, ainda que com suas especificidades, adentraram às estruturas estatais. E, de fato mediante uma série de conquistas para a sobrevivência imediata das populações mobilizadas, foram progressivamente desconstruindo suas formas de oposição direta aos respectivos governos, a medida em que o inimigo se converteu em aliado, ou, no mínimo em uma figura amigável a ser disputada em reuniões ao invés de protestos.

Um limite que identificamos no nosso tempo histórico é a falta de expectativas em relação a um futuro possível. Isso tem se apresentado, no caso dos movimentos sociais, como o rebaixamento das expectativas e das demandas ao mínimo possível de ser realizado no momento. Não parece haver, a curto ou médio prazo, uma possibilidade de dias melhores¹¹. O processo de fetichização se intensificou ao ponto de que as saídas propostas pelas esquerdas para a crise do capital parecem operar como tentativas de reparação e portanto restituição de uma ordem perdida, a qual era, há não muito tempo, alvo de radicais questionamentos por parte dessas mesmas organizações. Entendemos os conflitos analisados como processos indissociáveis da crise de produção de valor¹².

As formas de luta dos movimentos sociais se alteraram substancialmente no campo e na cidade ao longo das últimas duas décadas no Brasil. Movimentos que protagonizaram os conflitos por terra nos anos 1990 e 2000 reviram a ocupação dos latifúndios como principal estratégia de luta.¹³ Ao mesmo tempo, houve um aumento

¹⁰ FERREIRA, Muniz. Governos Progressistas na América Latina. *Dialética*, v. 1, n. 1, pp. 43-49, julho 2010.

¹¹ ARANTES, op. cit.

¹² KURZ, op. cit.

¹³ Uma declaração explícita dessa opção de mudança das formas de luta e reivindicação do MST pode ser encontrada nesta entrevista com o dirigente nacional da organização João Paulo Rodrigues, “MST 30 anos: estamos no canto do ringue” concedida à Reporter Brasil em 11/02/2014, <https://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue/> (acesso em 12/06/2021)

dos conflitos envolvendo comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, mediante o processo de expropriação impetrada pelo avanço do capital no campo. Essas alterações fizeram com que a metodologia do principal veículo de sistematização das lutas rurais, o tradicional “Caderno de Conflitos no Campo” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), mudasse por duas vezes a sua metodologia: em 2010, quando passou a contabilizar as manifestações no somatório de ocupações de terra; e, em 2015, quando passou a contabilizar as retomadas indígenas também como ocupações. Ademais, diversas medidas de regulamentação estatal surtiram o efeito de substituir processos auto-organizados por uma organização tutelada pelo Estado, seja por meio da celebração de convênios, seja por incorporação das demandas em políticas públicas.

Um interessante paralelo são as experiências de luta bolivianas como a “Guerra da água” (2000) e a “Guerra do gás” (2003), nas quais a população majoritariamente indígena atuou diretamente nas lutas pelos bens essenciais do país, buscando resistir à acelerada rapina neoliberal¹⁴. Assim como a terra no Brasil, água e gás na Bolívia são bens naturais espoliados pelos processos de crise de valorização do capital e os ônus diretos afetam profundamente a população pauperizada de ambos os países¹⁵. Na Bolívia, as manifestações explosivas de resistência atrasaram por algum tempo a privatização generalizada em curso e em 2005 garantiram a eleição de Evo Morales, um legítimo representante dos cocaleros e camponeses. Seus três mandatos consecutivos promoveram alguns avanços importantes como a fundação do estado plurinacional. Por outro lado, com o decorrer dos anos ficou claro que a direção estatal por um indígena de origens populares não representava a concreta superação da pobreza e precariedade de condições de vida dos bolivianos. Morales perdeu parte do apoio e legitimidade de que gozava em 2005, o que desembocou em um duvidoso questionamento sobre fraudes nas eleições bolivianas em 2019. Mediante o crescimento exponencial do conflito social, renunciou a seu mandato e se exilou por quase um ano. As eleições bolivianas que, por fim, ocorreram em 2020 apresentaram como resultado a vitória de Luis Arce, candidato do Movimiento al Socialismo (MAS), partido de Morales, mas também indicaram uma perda substancial de apoio ao partido nas eleições locais¹⁶. Já os movimentos sociais bolivianos se apresentaram de forma mais clara, após anos de recuos, nestes recentes embates envoltos na polêmica eleitoral. Não podemos afirmar identidade entre a experiência do MST nos governos do PT com o movimento indígena boliviano durante os governos do MAS, entretanto, é notória a vinculação profunda aos rumos estatais, e em especial, eleitorais.

Retornando ao caso brasileiro, em entrevista recente, João Pedro Stédile, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerado o maior movimento de luta pela terra do continente, afirmou que as ocupações não estão

¹⁴ Sobre a Guerra da Água ver: Drumond, Nathalie. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. *Revista NERA*, Presidente Prudente - SP, Ano 18, nº. 28 – Dossiê, p. 186-205, 2015.

¹⁵ HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

¹⁶ Bolívia: após fim da eleição, MAS perde espaço, mas esquerda continua sendo maioria. Brasil de Fato, 13 de Abril de 2021. Acesso em 29/08/2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/13/bolivia-apos-fim-da-eleicao-mas-perde-espaco-mas-esquerda-continua-sendo-maioria>

ocorrendo para que as famílias não virem “bucha de canhão para a polícia”¹⁷. Na mesma entrevista, o líder do movimento acena para as eleições de 2022, apoiando a candidatura de Lula: “*Nós já estamos em campanha pelo Lula, não precisa vir eleição. O Lula é o principal e único líder popular que pode tirar este país desta merda que está*”. Este posicionamento é bem diferente do que foi tomado durante o governo FHC (PSDB) e seus asseclas da UDR, após o massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, que fez surgir a Jornada Nacional de Lutas do MST, conhecida como “abril vermelho”. Nessas jornadas ocorriam ocupações simultâneas em todos os estados em que o movimento se encontrava territorializado.

Os movimentos que atuam nas cidades brasileiras, principalmente nas periferias, são bastante heterogêneos, tanto em relação à pauta, quanto em relação às formas de organização. Além disso, as periferias urbanas são organizadas não apenas por movimentos sociais de esquerda ou progressistas, como é o caso do movimento negro, movimento de mulheres, movimento dos trabalhadores sem teto, movimento de trabalhadores desempregados, entre outros. Algumas expressões dessa multiplicidade de inserções, são a presença das grandes corporações que por meio de fundações, organizações sociais e afins desenvolvem projetos culturais e educacionais nas periferias das grandes cidades¹⁸, bem como a multiplicação das igrejas pentecostais que disputam os trabalhadores disciplinando-os com a promessa da cura de suas mazelas. Embora não seja foco da nossa análise a ação do empresariado ou das igrejas junto aos trabalhadores é importante salientar que esses trabalhadores têm a seu dispor não apenas o que é oferecido pelas tradicionais forças de esquerda, cabendo discutir no que essas propostas se diferenciam.

No amplo espectro das esquerdas urbanas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem adquirido notoriedade nos últimos anos devido à exposição crescente de seu principal dirigente Guilherme Boulos: candidato à Presidência da República em 2016, candidato à prefeitura (PSOL) de São Paulo em 2020 e pré-candidato ao governo do estado de São Paulo para as eleições de 2022. Mas mesmo antes da guinada eleitoral do MTST, já havia a liderança da Frente Povo Sem Medo por parte deste movimento social, enquanto a Frente Brasil Popular é liderada pela Consulta Popular, organização umbilicalmente ligada ao MST. Essas frentes de luta têm tomado explicitamente um rumo eleitoral, enquanto a luta social como enfrentamento direto ao capital e ao Estado arrefece. A tese de Isadora Guerreiro (2018) demonstrou alguns dos mecanismos que passaram a imperar no cotidiano da luta por moradia e nas dinâmicas internas dos movimentos de esquerda urbanos, em especial o MTST. Nesse sentido, citamos sucintamente os cadastros e os sistemas de pontuação utilizados pelas organizações como critérios que permitissem selecionar quem receberia a casa. Atuando como mediadores da implementação de políticas públicas, que se deram ao longo dos anos 2000 através da contratação de grandes construtoras (em detrimento das práticas

¹⁷ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/stedile-diz-que-mst-nao-ocupa-terras-para-nao-virar-bucha-de-canhao-para-o-capitao-insano/>. Acesso em 10/05/2021.

¹⁸ CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, (127), 53-68, 2020.

de autoconstrução coletiva), os movimentos de luta por moradia passam a selecionar o público-alvo e gerir os parques recursos disponíveis¹⁹.

Esse papel de gestor das precárias políticas públicas urbanas também foi o destino da maior parte das organizações que compunham o movimento piqueteiro na Argentina mediante a atuação dos governos Kirchner. Os piqueteiros foram a maior expressão da luta social argentina a partir do fim dos anos 1990. O movimento deu suas primeiras manifestações em 1996 e surgiu como consequência direta das políticas neoliberais implementadas nos governos Menem (1989-1999). Essas políticas foram tentativas de contenção da crise hiperinflacionária de 1989 e tiveram como marco o Plano de Convertibilidade (1 peso = 1 dólar) combinado com a privatização acelerada de serviços públicos e empresas, a abertura comercial e a flexibilização trabalhista. Essas medidas levaram a uma das crises econômicas mais profundas da história argentina com a contração do PIB, dos lucros e dos salários. Desembocou-se em uma grave crise política com a queda de cinco presidentes em apenas dez dias, os quais tomaram medidas de urgência como a moratória da dívida e o confisco dos depósitos bancários. As consequências para os trabalhadores foram um altíssimo nível de desemprego, precarização das condições de trabalho e concentração de renda.²⁰

O movimento piqueteiro surge a partir dos “cortes de ruta” (travamento de rodovias) e se constrói uma tradição forte de luta radicalizada que transcorreu nos anos seguintes. Os piquetes, para além de buscar resistir às privatizações, passam a demandar políticas sociais para amenizar as condições precárias dos trabalhadores desempregados, os chamados “Planes Sociales”. Essa relação estabelecida através dos Planes entre Estado/Movimentos potencializou a emergência e consolidação das organizações piqueteras, porém, nos anos subsequentes foi também o principal motivo de seu enfraquecimento, fragmentação e desmobilização. Muitas são as organizações piqueteras que surgiram nesse momento, contudo, nos anos seguintes, muitas desapareceram e a maioria sofreu rachas e dissidências. A influência do Governo Kirchner nesse processo de fragmentação do movimento piqueteiro parece ser direta e deliberadamente uma política de governo como forma de controle das organizações e estabelecimento de uma certa “normalidade” social.²¹ Na ampla gama de organizações piqueteras, duas são bons exemplos do processo que descrevemos: a Federación Tierra y Vivienda (FTV) e o Movimiento Barrios de Pié (MBP). Estas foram por década e meia muito significativas para o movimento e estabeleceram uma relação estreita com os

¹⁹ ARANTES, P. Da (anti) reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. *Carta Capital*, 2013.

²⁰ FÉLIZ, M. & LÓPEZ, E. *Proyecto Neodesarrollista en Argentina*, Buenos Aires: Colección Cascotazos, Editorial El Colectivo y Ediciones Herramienta, junho de 2012.
AMORIM, E. Movimentos de desempregados e (des)mobilização: encruzilhada das políticas sociais no governo de Néstor Kirchner. IN: RODRIGUES, F.; NOVAES, H. BATISTA, E. (orgs.). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

²¹ SVAMPA, M. Las Fronteras del Gobierno Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo. *Cuadernos del CENDES*, maio-agosto, vol. 24, n. 65, Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela, 2007, pp 39-61.

governos Kirchner, compondo a *Frente por la Victoria*, coligação político-eleitoral encabeçada pelo Partido Justicialista.

Segundo Svampa, a massificação dos Planos Sociais, somada à entrada de dirigentes das organizações no aparelho estatal fariam parte de uma estratégia política do governo de “integrar, cooptar e disciplinar”. Essas organizações aparentemente superestimaram o governo e perderam progressivamente sua autonomia frente à política estatal, sendo atacadas por um consenso antipiquetero que se instalou na sociedade argentina. Assim, o Governo Kirchner absorveu a problemática social posta em 2001 e a inscreveu nos marcos da institucionalidade e, na sequência recuperou bandeiras populares, conseguindo o apoio de setores das organizações e provocando diversos rachas, dissidências e fracionamentos internos.²²

Uma consequência ainda mais dramática para a crônica dependência estatal que se estabeleceu nessa relação dos movimentos sociais com a institucionalidade é sua total fragilização mediante a eleição de candidatos da direita ou extrema direita, o que acaba por completar um ciclo de enquadramento e perda de potencialidade crítica ao patriarcado produtor de mercadorias em prolongada crise.

A eleição do Governo Bolsonaro iniciou um novo período para os “velhos” movimentos sociais no Brasil. A derrota nas urnas pôs em xeque a bem-sucedida política de mitigação das mazelas sociais por meio da focalização das demandas da classe trabalhadora, especialmente, daquela organizada por movimentos sociais tais como MST, MTST, MTD, entre outros e, também, pelo movimento sindical, do qual alguns setores saíram da “direção da classe trabalhadora” para “administração das contradições capital/trabalho” pelo aparato estatal. Desde então, a oposição ao governo tem procurado se diferenciar politicamente do presidente e seus seguidores. A crise econômica e política persiste após as tentativas frustradas de postergá-la por meio de reformas como a Lei do Teto dos gastos, as sucessivas reformas da previdência, as reformas trabalhistas, entre outras medidas de austeridade em busca de um inalcançável equilíbrio das contas públicas, situação profundamente agravada pela crise sanitária ocasionada pela pandemia do coronavírus. À tragédia econômica previamente anunciada agrega-se a tragédia sanitária que nos leva atualmente a engolir o choro perante as mais de 625 mil mortes no país²³. A pandemia parece longe de ter fim, visto que o vírus tem se metamorfoseado em muitas variantes. A variante Omicron elevou a média móvel de casos em oito vezes nas primeiras duas semanas de 2022. No Brasil o aumento foi de 734%, gerando uma alta demanda por testes e atendimento nos prontos socorros²⁴ e UTIs. Ao mesmo tempo em que o absenteísmo cresceu drasticamente em

²² THWAITES REY, M & CORTÉS, M. *Los movimientos sociales y el Estado: tensiones y contradicciones de una relación*. Notas sobre la Argentina reciente. Simposio N°10: “El rol de los movimientos y organizaciones sociales en la actual coyuntura política latinoamericana. Su relación con el Estado. ¿Integración o conflicto?”, Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, UBA, 2012.

²³ Este dado é de janeiro de 2022, sendo que é um grande desafio analítico acompanhar o acelerado aumento de mortes por Covid no país.

²⁴ LOPES, Anna Júlia. Média de casos de covid na América do Sul aumenta 8 vezes... Disponível em:

todos os setores passou-se a discutir a diminuição do período de isolamento social. Os órgãos governamentais, em especial o Ministério da Saúde assume cada vez mais posturas negacionistas, potencializando o movimento anti-vacina no país. E será que nada pode ser feito a respeito dessa tragédia social que se generalizou como realidade brasileira?

A prisão do trabalho à qual já estamos habituados se converteu em uma tortura digital, enquanto a casa generalizou-se como espaço de sofrimento. Para os que não tem o “privilegio” do trabalho formal, seja este virtual ou presencial, isto é, para a enorme população supérflua, sem lugar, a superlotar morros, favelas, periferias urbanas, um *lockdown* com alta restrição de circulação representa o agravamento da já demasiado penosa luta pela sobrevivência. Esse terreno tortuoso parece fértil para as tresloucadas “saídas” apresentadas pelo atual governo da extrema direita.

A despeito dessa angustiante adesão às “respostas” à direita, os movimentos sociais têm buscado constituir redes e ações de solidariedade que tem se formado para amparar as populações vulneráveis. Nesse sentido, a articulação dos movimentos tem sido importante, buscando recursos e logística para distribuição de cestas básicas nas periferias dos grandes centros urbanos, incluindo alimentação e kits de higiene para prevenção da transmissão. Um certo espírito de amparo mútuo tem levado muitas pessoas a individualmente contribuírem com parentes, vizinhos, amigos, amigos de amigos ou totais desconhecidos, que perderam algum familiar ou que estão sem condições de garantir sua subsistência.

Em um contexto de pandemia, as manifestações de rua se tornaram uma opção arriscada e contraditória perante o negacionismo que enfrentamos cotidianamente. Inicialmente foram realizados painéis e carreatas como meio de manifestação contra a política genocida, em defesa da vida e do Sistema Único de Saúde. Também ocorreram carreatas e manifestações de rua em defesa do governo. O tradicional 1º de maio, palco de grandes manifestações da esquerda, foi disputado também pela direita em 2021: vários manifestantes foram às ruas para manifestar seu apoio incondicional expresso pelo lema: “Eu apoio o Presidente”. O sequestro das ruas pela direita, bem como o lema “Bolsonaro 2022”, disputou holofotes com o pronunciamento de Lula, pautando à direita as eleições de 2022. Nas comemorações do 7 de setembro em 2021 observamos uma afluência de bolsonaristas a Brasília e manifestações em várias cidades do país. Ainda que tenham sido menores do que o esperado, estavam longe de ser irrelevantes, provocando apreensão e perplexidade na esquerda brasileira mediante veladas ameaças de golpe militar e pronunciamentos de escárnio e desqualificação do poder judiciário pelo presidente da república Jair Bolsonaro.

A despeito da necessidade de nos diferenciarmos à esquerda em relação a como lidar com a pandemia, algumas iniciativas coletivas arriscaram propor romper momentaneamente com o isolamento social mediante a necessidade do retorno às ruas. Em 29 de maio, os movimentos sociais em conjunto com os movimentos sindicais e partidos de oposição²⁵ organizaram atos “Fora Bolsonaro”, animados pela CPI da

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/media-de-casos-de-covid-na-america-do-sul-aumenta-8-vezes/>. Acesso em 13/01/2022.

²⁵ O termo oposição foi escolhido porque além dos partidos e esquerda estavam presentes partidos de

pandemia, com gritos de ordem: “Fora governo de morte e de fome”, “Fora Bolsonaro genocida!”, “O governo é mais perigoso que o vírus!”, “Comida no prato, vacina no braço!”, “Nem tiro, nem vírus, nem fome!”, entre outros. Outras manifestações de rua se seguiram ao longo do ano de 2021.

As manifestações brasileiras foram também inspiradas por uma onda de mobilizações de rua massivas que se iniciaram em fins de abril de 2021 na Colômbia. A população se arriscou em aglomerações durante a terceira onda da pandemia no país, em meio a um frágil processo de “paz” e com os piores indicadores sociais já vividos pelos colombianos: *“a Colômbia é o terceiro país com maior número de mortes e contaminados na América Latina. Além disso, o nível de pobreza chegou a 42%, número que não era visto há uma década. Hoje, 15% dos colombianos vivem na extrema pobreza e não conseguem consumir três refeições diárias.”* A amplitude e impacto dos protestos afetou a reticente esquerda brasileira frente a cartazes transmitidos pelos canais de televisão e pelas redes sociais com dizeres os *“Si un pueblo protesta y marcha en medio de una pandemia, es porque su gobierno es más peligroso que el virus”*. A revolta colombiana expressa um descontentamento social profundo mediante condições precárias que se agravaram com o advento da pandemia.

No Brasil, as organizações de esquerda, contudo, seguem temerosas em disputar as ruas, sendo que as orientações acerca dos próximos atos é evitar o confronto apostando em atos simbólicos. Mesmo os atos que foram realizados não tiveram o impacto desejado, ainda que o número de manifestantes não fosse desconsiderável em algumas capitais. Entretanto, a alternativa central parece se concentrar nas próximas eleições, sendo os atos estratégias de desgastar o governo e garantir uma militância “organizada”. Mas, por que a via eleitoral, que busca a reinserção gestora de políticas sociais compensatórias e política econômica neoliberal, tornou-se a principal saída para os movimentos sociais brasileiros?

Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo²⁶, Lula expressou com todas as letras o que reconheceu como a maior contribuição dos governos do Partido dos Trabalhadores de 2003 a 2014: *“a realização da maior e mais bem sucedida política de conciliação entre capital e trabalho já vista na história desse país”*. Em uma conjuntura de expectativas rebaixadas, vide o genocídio em curso, é de se esperar que a eleição de Lula renove as esperanças dos militantes sociais dos mais diversos movimentos, incluindo os críticos há anos dos rumos do PT e do petismo. Chegamos mais perto de alguma resposta material, quando partimos desta mesma afirmação de Lula. Qual a consequência dessa nunca vista política de conciliação para os movimentos sociais?

O “exército de Stédile” que Lula ameaçou colocar nas ruas em sua defesa em 2015, desarmado e esfarrapado, trava agora batalhas na ânsia de retornar a seus antigos postos de trabalho nos altos e baixos escalões da estrutura burocrática estatal, incluso as parcerias público-privadas. Mas esta não é uma cruz que apenas os sem-terra têm de

centro e centro esquerda numa coalizão mais ampla.

²⁶ O É da Coisa Especial - Reinaldo Azevedo entrevista Lula (acesso em 31/08/21) - <https://www.youtube.com/watch?v=vlvjiPQrq4>

carregar, e que independe da verdade e combatividade de seus militantes individuais, considerando que observamos um refluxo em escala mundial das lutas que atuavam para além do Estado e do parlamento.

Após década e meia no poder do Estado, a esquerda, institucionalizada ou não, passou a ser a defensora da democracia e suas instituições, e assim confundida com uma ordem que não para mais em pé, destroçada pelo avanço da crise econômica e da pandemia. As populações vulneráveis podem então encontrar um culpado para sua miséria e optar pela imediata alternativa de uma extrema direita que ideologicamente se revolta contra a mídia, as corporações, o legislativo, o judiciário, “contra tudo isso que está aí”, que ninguém mais pode aturar. Essa inversão de papéis deixou perplexos os movimentos sociais que, desarmados, exasperam-se mediante o avanço das ideias conservadoras entre os setores populares.

Revolta Popular: alguma coisa está fora da ordem

A crise econômica de 2008 demonstrou que as sucessivas tentativas de sua contenção levaram essencialmente a medidas de postergação de um colapso anunciado, as tais “fugas para frente”. Mecanismos como as privatizações dos serviços públicos, a espoliação de terras e recursos naturais, a retirada de direitos e a financeirização da economia são insuficientes para a necessária recomposição das decedentes taxas de lucro²⁷. O muro está logo ali e essas respostas se exaurem pouco adiante quando a bolha estoura, a conta chega, e com ela vêm os inevitáveis juros e correções. Acompanha esse processo a redução progressiva de perspectivas de ampliação, ou ao menos manutenção, dos direitos sociais existentes até então. Não há provimento de direitos se não há mínima estabilidade econômica que sustente os endividados Estados Nacionais, o que empurra para longe a perder de vista as previsões de mínima melhoria das condições de vida da população²⁸. A crise da esquerda é expressão e momento da crise do capital. Uma das expressões dessa relação indissociável é o fato de diversos governos de matiz progressista e partidos de esquerda, e em alguns casos mesmo alguns de extrema esquerda, aderirem ao ideário neoliberal que outrora combatiam. E, assim, as alternativas se mostraram cada vez mais incapazes de dar o salto necessário para minimamente conter o avanço do capital em todas as esferas da vida. A década de 2000 foi marcada pela intensificação e a precariedade do trabalho pela flexibilização e desregulamentação das políticas sociais. A falta de perspectivas de um futuro melhor gerou sentimentos de frustração e insatisfação que não puderam mais ser sufocados, seja pelos discursos meritocráticos da ordem, seja pela canalização das demandas por meio de formas de esquerda institucionalizada como partidos, sindicatos e movimentos sociais organizados.

A derrocada financeira de 2008 é, segundo Lazzarato²⁹ a abertura dos “tempos apocalípticos” em que vivemos, o início de um período que passa a ser marcado por

²⁷Ver mais em MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro terceiro. São Paulo: Abril Cultural, 1984 e KURZ, R. Dinheiro sem valor. Portugal: Editora Antígona, 2014.

²⁸ MENEGAT, M. *Tempos de catástrofe*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019

²⁹ LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução?* O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 edições, 2019.

rupturas políticas em diversas regiões do mundo. A década de 2010 se iniciou com uma explosão de revoltas/rebeliões populares em todos os continentes: “*Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia.*”³⁰

Essas manifestações possuíam algumas características comuns: a ocupação das praças e espaços públicos, o uso das mídias sociais como principal meio de convocação e divulgação e a recusa de articulações políticas com organizações institucionalizadas, além da falta de unidade política e ideológica, de uma estratégia ou programa comuns. Essas revoltas eclodiram de forma aparentemente abrupta e desorganizada, deixando atônitos não apenas os setores dominantes, mas especialmente a esquerda organizada. O assombro se deu principalmente pela grande quantidade de pessoas mobilizadas e pela radicalidade das suas ações, sendo comparados a eventos históricos de grande simbologia como o maio de 1968 e a primavera dos povos de 1848³¹.

A literatura existente até então sobre movimentos sociais, apesar de bastante extensa e tradicional no campo das Ciências Sociais, parece insuficiente para a análise dos recentes conflitos sociais no mundo, e ainda mais distante do que vivenciamos na realidade brasileira e latinoamericana. Raul Zibechi³² identifica limites nesse sentido ao indicar a pluralidade dos movimentos populares na América Latina e suas características estruturalmente distintas, desde o contexto de seu surgimento até suas reivindicações e formas de luta, em relação aos “novos movimentos sociais” que emergiram na Europa e nos EUA nos anos 1970, e que embasaram o desenvolvimento das teorizações sobre movimentos sociais³³.

Zibechi propõe a utilização do termo “povos em movimento” para pensarmos as lutas latinoamericanas. Contudo, entendemos que tanto essa alternativa proposta quanto a conceituação dos Movimentos Sociais com M maiúsculo são limitadas para pensarmos a emergência das Revoltas Populares. Identificamos diferenças profundas entre os movimentos que emergiram após a redemocratização no Brasil desde a década de 1980 e as manifestações coletivas que explodiram ao longo dos anos 2010, sendo o grande marco no Brasil as chamadas Jornadas de Junho de 2013.³⁴

Assim como as revoltas previamente citadas, as Jornadas de Junho surgiram “por fora” de estruturas organizativas convencionais. Convocadas em um primeiro momento pelo Movimento Passe Livre, composto prioritariamente por jovens, estas

³⁰ CARNEIRO, H. S. Rebeliões e ocupações de 2011. IN: HARVEY, David (et al.). *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 7.

³¹ Idem.

³² ZIBECCHI, Raul. *Movimentos sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento*. Rio de Janeiro-RJ: Consequência Editora, 2020.

³³ GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

³⁴ MORAES, A. (et. al.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

manifestações de rua tinham como principal demanda a luta contra o aumento das tarifas do transporte público. Entretanto, à medida que a repressão de Estado se intensificava contra as manifestações, com agressão policial direta e prisões de manifestantes, mais pessoas se somavam aos atos de rua que se proliferaram por todas as capitais e as principais cidades do interior do país.³⁵ Em poucos dias eram milhares e depois milhões de pessoas nas ruas, e toda e qualquer normalidade foi interrompida por uma insatisfação popular represada. Tornou-se cada vez mais difícil identificar a pauta/demanda comum que mobilizava setores distintos da população, englobando, essencialmente, jovens, das classes médias até de setores populares pauperizados das periferias urbanas, que se organizavam de maneira inédita. Sem carros de som, a voz de um se tornava a voz de todos por meio do jogral. Sem lideranças e porta vozes do movimento, todos podiam falar com a imprensa. Tratava-se de colocar em prática a horizontalidade, e o objetivo era afinal “perder do controle” para, assim, dar vazão à Revolta Popular.³⁶

Em uma mesma mobilização passaram a coexistir diversas pautas, algumas contraditórias entre si. Os governos federal e estaduais, que inicialmente subestimaram as manifestações, tiveram que recuar ou promover ações como forma de aplacar o conflito social generalizado. O governo federal petista, já fragilizado pela crise econômica, encontrou-se ainda mais aturdido por uma revolta que colocava um fim à frágil conciliação entre capital e trabalho. Propôs-se uma plataforma de ação que envolvia cinco, amplos e pouco concretos, pactos nacionais: Responsabilidade fiscal; Reforma política, incluindo o combate à corrupção; Saúde; Transporte e Educação, o que se demonstrou insuficiente para conter a instabilidade política que se seguiu, desembocando no falacioso processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT). As jornadas de junho são tratadas até hoje por muitos setores da esquerda como uma irresponsabilidade juvenil herética, que abriu a caixa de pandora e levou a extrema direita ao poder de Estado com a eleição de Jair Bolsonaro. Interessante nos perguntarmos porque estes setores acusam as novas gerações de esquerda com tendências autonomistas de colaborar para um “avanço do fascismo” à medida em que permitiram que a “população em geral” expressasse suas visões de mundo de forma ampla e irrestrita, ao invés de buscar compreender quais os elementos subjacentes que contribuíram para essas tão repugnantes concepções de si e dos outros expressas por uma parcela significativa da população brasileira, seja nas ruas, seja nas urnas³⁷.

É inegável que, desde essa massiva revolta popular, iniciou-se uma nova fase para as lutas sociais no Brasil. Paulatinamente, setores da direita, mais ou menos organizada, passaram a convocar atos de rua, enquanto a esquerda se voltou cada vez mais para a defesa da institucionalidade estatal e das canônicas instâncias

³⁵ Esse processo fica explícito nas imagens do documentário produzido pela Vice Brasil, “As jornadas de junho de 2013”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HUeRI_Q0QNg (acesso em 13/06/2021)

³⁶ MARTINS, C. & CORDEIRO, L. Revolta Popular: o limite da tática. *Passa Palavra*, 2014. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/05/95701/>. Acesso em: 28/08/2021.

³⁷ NUNES, R. O presente de uma ilusão: estamos em negação sobre o negacionismo? *Piauí*, n. 174, março de 2021.

democráticas³⁸. Consolidou-se uma oposição aos governos petistas que passava a contar com uma base social popular disposta a se mobilizar e lutar contra a ordem, enquanto esta mesma ordem se confundia com as gestões do PT e “tudo isso que estava aí”.

Em alguma medida, como consequência dos limites de uma política de gestão à esquerda de uma sociedade em irremediável crise, e independente dos riscos de fortalecimento de setores da extrema direita, abre-se um tempo de revoltas sem rumo claro, sem comissão de negociação, sem controle, sem direção. A relação com a institucionalidade estatal dessas manifestações é muito distinta da experimentada pelos movimentos sociais das décadas anteriores. Entretanto, ainda que não esteja posta uma tendência de integração patente à ordem institucional capitalista, é inegável a forte relação da Revolta com as estruturas políticas em que está imersa. As táticas de luta, ainda que inovadoras e com força disruptiva temporária da normalidade societária, e a forma organizativa, ainda que profundamente crítica às estruturas da “velha esquerda” ao evitar tendenciais conciliações com a ordem, não tem se mostrado capazes de promover (ainda) um questionamento à ordem que de fato subverta as bases do sistema capitalista em crise.

É fundamental pontuar que como fruto das jornadas de junho tivemos as ocupações dos estudantes secundaristas de mais de 1.000 escolas em todo o Brasil em 2015/2016, cujas formas de organização e táticas de luta foram diretamente inspiradas pela “revolta popular” inflamada pelo Movimento Passe Livre em 2013. Muitos dos jovens que participaram desse protesto inspiraram-se em uma cartilha intitulada “Como ocupar um colégio?”, traduzida do espanhol para o português, impressa e distribuída em manifestações secundaristas prévias às ocupações por um Coletivo autodenominado de “O Mal Educado”³⁹. Aqui temos um interessante ponto de contato com o caso chileno, a chamada “Revolta dos Pinguins”, uma das únicas lutas antineoliberais significativas que ocorreram no Chile ao longo dos anos 2000, que produziu tal cartilha. A mesma foi divulgada por coletivos de estudantes argentinos, e por fim, traduzida ao português e de grande relevância para a realização das ocupações secundaristas em 2015/2016 no Brasil.

A experiência social do Chile de um modo geral é especialmente emblemática para a análise da turbulência brasileira. Seja pelo fato de que durante a campanha eleitoral de 2018, o receituário neoliberal chileno foi apresentado como um modelo a ser seguido pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro, seja pelas características e motivações dos protestos que ocorreram neste país vizinho a partir de 2019. Assim como no caso brasileiro, a eclosão dos protestos se deu justamente pelo aumento na tarifa do transporte público, no caso, o aumento de 30 pesos nas tarifas de metrô, correspondendo exatamente a 20 centavos no Brasil. O lema “não é só por 20 centavos”

³⁸ UM GRUPO DE MILITANTES. Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/>. Acesso em 31/08/2019.

³⁹ Como ocupar uma escola. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 31/09/2021.

apareceu nas ruas brasileiras em 2013, quando as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus extrapolaram os limites dessa única demanda. Também no Chile a profusão de reivindicações nas ruas foi notória, considerando a devastação social que o neoliberalismo promoveu no país.

Se nas jornadas de junho brasileiras a violência policial chocou a população, levando inclusive a um aumento de participação nos protestos que se voltavam à bandeira contra repressão estatal e em defesa da liberdade de manifestação, o governo chileno reagiu de forma tão agressiva em 2019 que chegou a colocar o exército nas ruas, gerando um saldo de muitos mortos e feridos. Mais uma vez, essa intervenção repressiva não levou ao fim dos protestos, mas sim ao aumento da indignação coletiva. A revolta popular não cessou mesmo diante do recuo do governo e afetou diretamente a política institucional, com a demissão em massa de vários ministros de Estado.

O maior impacto direto na institucionalidade foi o direcionamento dos protestos para formação de uma Assembleia Constituinte com o intuito de substituir a Carta Constitucional vigente no país desde a ditadura de Augusto Pinochet. Em 2021, para formação da constituinte foram eleitos apenas 50 militantes vinculados a partidos políticos tradicionais, dentre os 155 eleitos. Muitos dos eleitos se tornam figuras públicas a partir das Assembleias de bairro que se formaram durante os protestos.

A demanda que se expressa na Assembleia Constituinte é justamente a inserção dos direitos sociais na Constituição. Entretanto, pela experiência brasileira, podemos inferir que essas demandas se apresentam de forma anacrônica mediante a crise dos Estados latinoamericanos. E sabemos há décadas que as conquistas na letra da lei estão longe de resultar em conquistas materiais concretas à população. No caso brasileiro a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, fruto de intensas lutas sociais, não garantiu a efetividade dos direitos sociais e não foi suficiente para barrar as reformas neoliberais. Ainda que as lutas chilenas expressem um relevante impacto na ordem social e política do país e da América Latina como um todo, está mais do que colocado o risco dessas expressões disruptivas nas ruas serem engolidas por inglórias disputas nos meandros dos jogos de poder institucional.

Os casos brasileiro e chileno aparecem como dois lados da mesma moeda, visto que mundialmente o que temos assistido é a desregulamentação de todos os direitos, ou seja, no capitalismo contemporâneo só há espaço para a “livre iniciativa” e “livre comércio”, inclusive os impactos sociais têm sido quantificados, possibilitando “ganhos especulativos” sobre “fluxos de rendimentos gerados sobre ações sociais”.

Esta “oportunidade” não tem passado despercebida, inclusive, por movimentos sociais que tem utilizado desde as plataformas digitais, desde o app “Contrate quem luta” do MTST, que oferece prestação de serviços e promete conectar quem luta a quem precisa contratar algum tipo de serviço, até a inserção no mercado de capitais, aposta do MST por meio de um Certificado de Recebíveis do Agronegócio, ligado a um fundo de investimentos. O FINAPOP permite que os investimentos de cidadãos comuns sejam direcionados a cooperativas e entidades vinculadas ao movimento. Nos dois casos o engajamento, tanto da base social e militantes dos movimentos, quanto dos contratantes dos serviços e investidores é fundamental. A quantificação dos impactos sociais tem permitido que o capital financeiro não apenas produza a precariedade, mas passe a geri-

la e a lucrar com isso. A “*financeirização da própria luta*” permite a articulação da luta de diversos setores pela rede de empresas do impacto social, como a GAIA Impacto, mas também que a “*dinâmica interna das lutas seja pressionada, amoldada, cooptada, conformada, comparada, por fim sua métrica - sim, ela passa a existir - seja aquela dos agentes incidentes nesses setores mais avançados*”, ou seja, “*a própria dinâmica competitiva do capital fictício toma a lógica das lutas*”, passando a imbricar-se e a ser confundida com a própria luta⁴⁰.

Por outro lado, durante a pandemia de Coronavírus, a greve dos Entregadores de Aplicativos, por fora da estrutura partidária sindical, parece herdeira das experiências que buscam de alguma forma, ainda que “estranha” e pouco determinada, de se organizar de forma autônoma e horizontal, mesmo que não se coloque por fora da ordem que afinal se busca combater. As lutas se mantêm no âmbito da necessidade de integração qualificada à forma social determinada pelo dinheiro e pelas mercadorias, a medida em que as demandas se direcionam a maiores formas de remuneração dos entregadores. Por outro lado, há um subterrâneo desejo de “meter o louco” que transparece em alguma medida nas greves dos apps, que canalizam uma profunda revolta com a ordem existente. Essas ranhuras nas formas de luta, que de alguma forma destoam da sinfonia integradora das manifestações sociais já devidamente institucionalizadas, apontam para possibilidades e serem melhor compreendidas e talvez levadas às consequências mais adiante.⁴¹

As incertezas futuras, mediante o massacre social de enormes populações sem lugar na ordem posta e, em especial na América Latina em tempos de pandemia, produzem uma proliferação de perguntas sobre as possibilidades entre o velho e o novo das lutas sociais contemporâneas. Apresentamos aqui esta reflexão com o intuito de enfrentar criticamente alguns destes dilemas, limites e potências de um tempo marcado por derrotas.

Considerações Finais

Apenas uma cuidadosa reconstrução histórica poderia recuperar o processo de institucionalização e adequação à ordem capitalista de alguns dos maiores e mais significativos movimentos sociais já vistos na experiência contemporânea global, que se transmutaram, à revelia da vontade coletiva, de críticos radicais a gestores da barbárie. Esse processo, além de interditar lutas com tática e estratégia potencialmente

⁴⁰ GUERREIRO, Isadora de Andrade. *Impacto social, apps e financeirização das lutas*: O capital financeiro tem conseguido produzir e gerir a precariedade e sua violência imediata de maneira produtiva. Disponível em: <https://passapalavra.info/2021/08/139798/>. Acesso em 30/08/2021.

⁴¹ Amigos do Cachorro Louco. Dá para fazer greve no aplicativo? Discussão das lutas dos motoboys, *Passa Palavra*, 17/03/20. Acesso em 31/08/21. <https://passapalavra.info/2020/03/130241/>; Leo Vinícius. A Greve dos Apps e os desafios da autonomia operária. *Passa Palavra*. 26/08/20. Acesso em 31/08/21. <https://passapalavra.info/2020/08/133954/>; Invisíveis Rio de Janeiro. Entre as dificuldades do breque e a experiência dos entregadores. *Passa Palavra*, 23/08/20. Acesso em 31/08/21. <https://passapalavra.info/2020/08/133817/>

antissistêmicas, desarmou a crítica radical. A luta por direitos - dos sem-terra, sem casa, negros, mulheres, LGBTTs, indígenas, cada qual com suas potências e limites, não tem como escapar das derrotas históricas que nos rondam. Ainda que possam nutrir experiências de coletividade que de fato salvam vidas, dependem no limite da mendicância perante empresas e Estados endividados ou do sucesso de sua integração ao mercado.

Desde as revoltas mais socialmente explosivas, como junho de 2013 e o levante chileno, até as mais focalizadas, como as ocupações secundaristas em 2015/2016 e as recentes greves dos motoristas e entregadores por aplicativos, é inegável que há algo de novo para a luta social. Toda e qualquer explosão envolve riscos, afinal, é patente a incontrolabilidade de sua força e alcance. À medida que as opções se esgotam, talvez tenha passado da hora de encarar o medo do descontrole e do risco de se queimar⁴². Se não podemos escapar, que nossa captura revele a revolta do bicho enjaulado e não a passividade bovina tão aclamada pelo governo bolsonarista.

Artigo recebido em 31.8.2021

Aprovado em 19.10.2021

⁴² Francesc e El Quico. Notas sobre a centralidade do conflito, *Passa Palavra*, 02/03/2021. (Acesso em 31/08/21) - <https://passapalavra.info/2021/03/136271/>